

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos.

CONHECIMENTOS GERAIS

Texto CG3A3-I

1 O dito popular que defende a prevenção como melhor
remédio tem tanta afinidade com o dia a dia da administração
pública que, ousado afirmar, poderia ser tido como princípio
4 implícito de nosso ordenamento constitucional.

Em outros termos, quando se trata da coisa pública,
o “errar é humano” não vale, não pode valer. E não porque
7 o ser humano não possa errar, mas porque, direta ou
indiretamente, o erro custa muito caro à sociedade.

O contrato superfaturado, a obra malfeita ou
10 inacabada e o serviço mal prestado constituem enorme
desrespeito ao contribuinte. Além de causarem grande
prejuízo a toda a coletividade, acabam sendo também os
13 grandes responsáveis pelo sentimento de ausência do Estado.

Diversas são as demandas da sociedade, e o
administrador, preso às limitações de um orçamento,
16 ao eleger determinado investimento como prioridade,
naturalmente relega outros. Por isso, cautela e planejamento
devem ser as palavras de ordem para o gasto público, sob
19 todos os enfoques, especialmente nas contratações.

A matemática é simples: quantos gestores, no
exercício de suas administrações, conseguiram ressarcir
22 os prejuízos de contratos considerados irregulares pelos
tribunais de contas, por superfaturamento, deficiência
na execução ou qualquer outra ilegalidade? A prática mostra
25 que, uma vez executado e pago o serviço, feito está, pois
não se recupera todo o dinheiro público gasto irregularmente.
Ao contrário, o dispêndio público só aumenta: são abertos
28 procedimentos de apuração interna de responsabilidades,
inquéritos civis, ações civis públicas... enfim, movimenta-se
ainda mais a máquina pública, e pouco, muito pouco,
31 é recuperado.

Dimas Ramalho. É melhor prevenir que remediar.
Internet: <www.tce.sp.gov.br> (com adaptações).

QUESTÃO 1

Infer-se do texto CG3A3-I que, com relação aos gastos da administração pública, é melhor prevenir do que remediar porque

- A** o erro custa muito caro à sociedade.
- B** erros não são admitidos na administração pública.
- C** gastos indevidos refletem ausência de cautela e planejamento.
- D** o dinheiro público gasto irregularmente nunca é recuperado.
- E** a administração pública não dispõe de verba para ressarcir eventuais prejuízos causados ao cidadão.

QUESTÃO 2

A correção gramatical do segundo parágrafo do texto CG3A3-I seria mantida caso

- A** a vírgula empregada logo após “pública” (l.5) fosse suprimida.
- B** a vírgula empregada logo após “vale” (l.6) fosse suprimida.
- C** o ponto final empregado logo após “valer” (l.6) fosse substituído por ponto e vírgula, com a devida alteração de maiúscula e minúscula no período subsequente.
- D** a vírgula empregada logo após “errar” (l.7) fosse suprimida.
- E** a vírgula empregada logo após “indiretamente” (l.8) fosse substituída por travessão.

QUESTÃO 3

No texto CG3A3-I, a palavra “ressarcir” (l.21) foi empregada com o mesmo sentido de

- A** evitar.
- B** transferir.
- C** reduzir.
- D** confiscar.
- E** indenizar.

QUESTÃO 4

Os sentidos originais e a correção gramatical do texto CG3A3-I seriam preservados caso o termo “pois” (l.25) fosse substituído por

- A** assim.
- B** visto que.
- C** embora.
- D** ao passo que.
- E** por conseguinte.

Texto CG3A3-II

1 Nascido em 1902, nos Estados Unidos da América,
Theodore Schultz foi o primeiro acadêmico que efetivamente
sistematizou a relação existente entre aumento de investimentos
4 em educação e aumento de produtividade e salários no setor
agrícola — e, claro, na economia como um todo.

Em seus estudos, o economista comparou a situação
7 de desequilíbrio entre países pobres, cuja capacidade de
produção agrícola é baixa, e países ricos, de alta capacidade
produtiva. Nessa análise, percebeu-se que os países
10 desenvolvidos possuíam muito mais dinheiro investido no
chamado capital humano, mais especificamente em educação.

Notavelmente, educação traz desenvolvimento
13 econômico e social, além de gerar, em um contexto micro,
habilidades para o indivíduo que possam ser aproveitadas
tanto por ele quanto por outros ao seu redor — fato já
16 conhecido por Schultz. Contudo, o pesquisador foi além
e sistematizou a influência da educação sobre a riqueza
de uma nação. Ele analisou a economia norte-americana
19 e percebeu que a maior parte do crescimento econômico
do país estava associada ao capital humano, materializado
em investimentos em educação, e não no capital físico.

Ainda nesse estudo, Schultz analisou os custos
da educação. Além do óbvio custo material (professores,
infraestrutura e material escolar), há outros custos que
envolvem, principalmente, tempo: pessoas que trabalhariam
25 passam a estudar — não produzindo, nem ganhando salários.
Assim, Schultz concluiu que há custos para as pessoas
(deixar de ganhar dinheiro com trabalho para estudar)
28 e eventualmente para o governo (pagar a educação das
pessoas sem que elas produzam).

31 Seu trabalho o levou à conclusão de que países
que investem mais em educação tendem a ser mais ricos.
Segundo ele, mesmo que isso tenha um custo, quanto mais
se investir na capacitação das pessoas, mais produtiva e rica
34 uma nação será, de modo que os efeitos tendem a ser mais
positivos que negativos.

Internet: <<http://g1.globo.com>> (com adaptações).

QUESTÃO 5

De acordo com o texto CG3A3-II, os países desenvolvidos,
em comparação com os países pobres,

- A contam com um passado histórico de alta produtividade no setor agrícola.
- B estão mais aptos a enfrentar as mudanças econômicas do mundo atual.
- C gastam mais com capital físico do que com capital humano.
- D dependem mais capital na área de educação.
- E demandam da população mais gastos com educação.

QUESTÃO 6

A correção gramatical e os sentidos originais do segundo parágrafo
do texto CG3A3-II seriam mantidos caso

- A as vírgulas empregadas logo após “pobres” (ℓ.7) e “ricos” (ℓ.8) fossem suprimidas.
- B a vírgula empregada logo após “análise” (ℓ.9) fosse suprimida.
- C o ponto final empregado na linha 9 fosse substituído por vírgula, com a devida alteração de maiúscula e minúscula no início do período subsequente.
- D uma vírgula fosse inserida logo após “percebeu-se” (ℓ.9).
- E uma vírgula fosse introduzida logo após “desenvolvidos” (ℓ.10).

QUESTÃO 7

Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos originais
do texto CG3A3-II, a expressão “mesmo que” (ℓ.33) poderia
ser substituída por

- A ao passo que.
- B contanto que.
- C ainda que.
- D desde que.
- E uma vez que.

QUESTÃO 8

Inferese do texto CG3A3-II que o investimento em educação

- A envolve mais custos materiais, como gastos com professores e infraestrutura, que custos de outra natureza.
- B provoca, em curto prazo, aumento de salário para o indivíduo em processo de capacitação.
- C garante a inserção dos melhores profissionais no mercado de trabalho em diversos setores da economia.
- D contribui positivamente para a riqueza de uma nação, apesar de eventuais impactos negativos que possam dele decorrer.
- E é condição necessária para o crescimento socioeconômico de países pouco desenvolvidos.

QUESTÃO 9

Cada uma das próximas opções apresenta uma proposta
de reescrita para o seguinte trecho do texto CG3A3-II: “quanto
mais se investir na capacitação das pessoas, mais produtiva e rica
uma nação será” (ℓ. 33 a 35). Assinale a opção em que a proposta
de reescrita indicada mantém a correção gramatical e os sentidos
originais do texto.

- A assim como se investe mais na capacitação das pessoas, mais produtiva e rica uma nação será
- B uma nação será mais produtiva e rica à medida que houver mais investimento na capacitação das pessoas
- C será mais produtiva e rica a nação que mais investir na capacitação das pessoas
- D uma nação será mais produtiva e rica porque investe na capacitação das pessoas
- E enquanto investir na capacitação das pessoas, uma nação será mais produtiva e rica

QUESTÃO 10

No texto CG3A3-II, a palavra “principalmente” (ℓ.25) foi
empregada com o mesmo sentido de

- A especialmente.
- B frequentemente.
- C realmente.
- D possivelmente.
- E inevitavelmente.

QUESTÃO 11

Servidor público civil estável do estado do Pará interpôs recurso administrativo contra decisão que o demitiu. Ao julgar o recurso, a autoridade competente, de modo efetivo, invalidou o ato de demissão. Assim, o servidor deverá voltar ao cargo anteriormente ocupado, com ressarcimento dos prejuízos resultantes do afastamento.

Nessa situação hipotética, conforme as disposições da Lei n.º 5.810/1994 do estado do Pará, o retorno do servidor ao serviço público deverá ser efetivado por meio do instituto da

- A** reversão.
- B** readaptação.
- C** reintegração.
- D** recondução.
- E** transferência.

QUESTÃO 12

Considerando as disposições da Lei Orgânica do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC/PA), julgue os seguintes itens.

- I O MPC/PA é composto de quatro procuradores e quatro subprocuradores; o procurador-geral de contas é escolhido entre esses quatro procuradores, para mandato de dois anos, vedada a sua recondução.
- II Todos os ocupantes de cargos efetivos ou em comissão do quadro de pessoal do MPC/PA devem ter remuneração igual à daqueles que desempenhem atribuições iguais ou semelhantes no Tribunal de Contas do Estado do Pará.
- III Os membros do MPC/PA têm direito a sessenta dias de férias anualmente, a serem concedidas pelo procurador-geral de contas, conforme escala organizada por ele.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 13

Após conclusão de processo administrativo disciplinar, ficou demonstrado que um servidor público civil do Poder Executivo do estado do Pará havia praticado ato de improbidade administrativa.

Nessa situação hipotética, conforme as disposições da Lei n.º 5.810/1994 do estado do Pará, a penalidade disciplinar a ser imposta ao referido servidor deverá ser aplicada

- A** por sua chefia imediata.
- B** pela autoridade competente para nomear.
- C** pela autoridade de menor grau hierárquico competente para decidir.
- D** pelo secretário de estado a quem o servidor estiver vinculado.
- E** pela comissão instauradora do processo administrativo disciplinar.

QUESTÃO 14

De acordo com as disposições da Lei n.º 5.810/1994 do estado do Pará, servidor público civil do estado do Pará ocupante de cargo efetivo e que tenha sido eleito deputado estadual deverá, ao ser investido no mandato eletivo,

- A** afastar-se do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela remuneração do cargo efetivo ou pela remuneração do cargo eletivo.
- B** afastar-se do cargo efetivo, passando a perceber apenas a remuneração do cargo eletivo.
- C** afastar-se do cargo efetivo, continuando a perceber apenas a remuneração do cargo efetivo.
- D** perceber as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horário.
- E** perceber as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, mesmo que não haja compatibilidade de horário.

QUESTÃO 15

Considerando as disposições da Lei Orgânica do MPC/PA, julgue os próximos itens.

- I Licença de membro do MPC/PA para fins acadêmicos no exterior será concedida pelo corregedor-geral.
- II O procurador-geral de contas do MPC/PA poderá ser destituído por deliberação da maioria absoluta da assembleia legislativa do estado.
- III O mandato do corregedor-geral não deverá coincidir com o mandato do procurador-geral de contas.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 16

De acordo com as disposições da Lei n.º 5.810/1994 do estado do Pará, o servidor público civil do estado do Pará que praticar ato lesivo ao patrimônio desse ente federado ficará sujeito à pena de

- A** repreensão.
- B** advertência.
- C** suspensão por até noventa dias.
- D** demissão.
- E** censura.

QUESTÃO 17

Todas as posturas éticas, sejam quais forem suas orientações, suas premissas, seus engajamentos e suas preocupações, sempre elegem “o melhor” como a finalidade do comportamento humano e para o direcionamento da ação humana.

Eduardo C. B. Bittar. *Curso de ética geral e profissional*. 15.ª ed. São Paulo, 2017, p. 52 (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto apresentado acima como referência inicial, é correto afirmar que a ética e a moral

- A** subordinam a validade da lei na busca do que é ‘o melhor’.
- B** exteriorizam as melhores normas de conduta dos seres humanos que convivem em sociedade.
- C** são normas jurídicas ideais à evolução da sociedade.
- D** têm por atributo serem cogentes e heterônomas.
- E** são subordinadas entre si, com prevalência da moral sobre a ética, de modo que o que for moralmente aceitável será ético.

QUESTÃO 18

A ética dos direitos humanos extrapola o pensamento binário do “isto é certo” e “aquilo é errado”, criando espaço para que o agente público tenha liberdade para formar seu juízo de valor. Partindo da premissa da moral inclusiva, é correto afirmar que o agente público

- A** deverá zelar pelo princípio da lealdade para com seus pares, ainda que conivente com alguma falta à lei.
- B** poderá mentir, contrariamente aos interesses da pessoa interessada, em favor da administração pública, porque isso demonstra zelo pelo interesse público.
- C** deverá zelar pelo decoro, pela sociabilidade e pela saúde no local de trabalho, à luz do espírito de solidariedade.
- D** poderá desrespeitar o público, caso venha a ser desrespeitado, em nome do princípio da reciprocidade.
- E** poderá se eximir de atender ao público, caso essa atividade não esteja entre as atribuições de seu cargo.

QUESTÃO 19

O exercício da cidadania como ferramenta para a convivência social tem sido um desafio ético-racial. Nesse sentido e à luz dos valores éticos da igualdade, da solidariedade e da dignidade humana, assinale a opção correta.

- A** A população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e a suas condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.
- B** O livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana será assegurado, desde que conforme a conveniência dos proprietários circunvizinhos.
- C** O ensino da capoeira nas instituições públicas e privadas é de caráter obrigatório, por se tratar de ferramenta de cidadania inclusiva.
- D** O poder público não poderá incentivar a celebração das datas comemorativas relacionadas à trajetória do samba e de outras manifestações culturais de matriz africana, diante do princípio do Estado laico.
- E** O poder público, com o objetivo de dar efetividade ao Estatuto da Igualdade Racial, poderá promover ações afirmativas com base na meritocracia decorrente dos melhores resultados nos testes escolares.

QUESTÃO 20

Considerando-se que a Lei n.º 8.429/1992 e a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) definem formas de enfrentamento dos desvios de conduta lesivos ao patrimônio público e que ambas foram norteadas por princípios comuns, é correto afirmar que o ato de enriquecimento ilícito

- A** afronta os princípios da legalidade, da honestidade e da lealdade às instituições, assim como os valores éticos.
- B** exime o agente público do dever de ressarcir todo e qualquer dano causado ao erário público.
- C** é considerado improbidade administrativa caso seja decorrente da aceitação, pelo agente público, de presente de quem quer seja, em qualquer circunstância.
- D** pressupõe a responsabilização das pessoas jurídicas nos âmbitos administrativo e civil, quando elas causarem danos à administração pública com dolo ou culpa.
- E** permite o acordo de leniência, que poderá ser celebrado por qualquer autoridade de órgão ou entidade pública com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática de atos lesivos ao patrimônio público.

Espaço livre